

PRÉ-SAL  
Brasil **2**  
PARTILHA DA PRODUÇÃO

&

PRÉ-SAL  
Brasil **3**  
PARTILHA DA PRODUÇÃO

*Seminário Jurídico-fiscal*  
*20.07.2017*

## ASPECTOS GERAIS DO CONTRATO DE PARTILHA

Artur Watt Neto  
*Procurador-Geral Substituto*




**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis

# 4 modelos de contrato

2ª RODADA DE LICITAÇÕES DE PARTILHA DE PRODUÇÃO  
 (SEM OPERAÇÃO DA PETROBRAS)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO PARA EXPLORAÇÃO  
 E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Nº [Inserir número do contrato]

CELEBRADO ENTRE

UNIÃO


e

[Inserir razão social do Contratado]

BRASIL  
 2017

2ª RODADA DE LICITAÇÕES DE PARTILHA DE PRODUÇÃO  
 (COM OPERAÇÃO DA PETROBRAS)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO PARA EXPLORAÇÃO  
 E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Nº [Inserir número do contrato]

CELEBRADO ENTRE

UNIÃO


e

[Inserir razão social do Contratado]

BRASIL  
 2017

3ª RODADA DE LICITAÇÕES DE PARTILHA DE PRODUÇÃO  
 (SEM OPERAÇÃO DA PETROBRAS)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO PARA  
 EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Nº [Inserir número do contrato]

CELEBRADO ENTRE

UNIÃO


e

[Inserir razão social do Contratado]

BRASIL  
 2017

3ª RODADA DE LICITAÇÕES DE PARTILHA DE PRODUÇÃO  
 (COM OPERAÇÃO DA PETROBRAS)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO PARA EXPLORAÇÃO  
 E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Nº [Inserir número do contrato]

CELEBRADO ENTRE

UNIÃO

e

[Inserir razão social do Contratado]

BRASIL  
 2017

# custo em óleo: atualização monetária

## Da Recuperação como Custo em Óleo

- 5.3. Os gastos a serem recuperados como Custo em Óleo serão registrados em conta própria, denominada conta Custo em Óleo.
- 5.4. Durante a Fase de Produção, o Contratado, a cada mês, apropriar-se-á da parcela de Produção correspondente ao Custo em Óleo, respeitado o limite do Valor Bruto da Produção definido no Anexo XII.
  - 5.4.1. Os custos que ultrapassem os limites definidos e não forem recuperados como Custo em Óleo em determinado ano civil serão acumulados para apropriação nos anos subsequentes.
  - 5.4.2. Os gastos reconhecidos como Custo em Óleo serão anualmente atualizados preferencialmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por outro índice que melhor reflita os gastos do setor a critério da Gestora, sendo vedada a remuneração de capital.
- 5.5. A gestão do processo de apuração, reconhecimento e recuperação do Custo em Óleo será de competência exclusiva da Gestora, que administrará, inclusive, a conta Custo em Óleo.
- 5.6. Eventual saldo positivo da conta Custo em Óleo ao final do prazo contratual não gerará direito a indenizações ou restituições aos Contratados.

## CLÁUSULA SEXTA – ROYALTIES

- 6.1. O valor dos Royalties devidos a cada mês em relação a cada Área de Desenvolvimento ou Campo será determinado multiplicando-se o equivalente a 15% (quinze por cento) do Volume Total da Produção de Petróleo e Gás Natural da Área de Desenvolvimento ou Campo durante esse mês pelos seus respectivos preços de referência, definidos na forma do Anexo VII.
- 6.2. São devidos Royalties em decorrência da Produção de Petróleo e Gás Natural oriunda de Testes de Longa Duração.
- 6.3. O Contratado fará jus ao volume da Produção correspondente aos Royalties devidos, sendo vedado, em qualquer hipótese, o ressarcimento em pecúnia.
- 6.4. O Contratado poderá efetuar o pagamento de Royalties antecipadamente, com base na expectativa de Produção para o mês subsequente.
  - 6.4.1. Na hipótese do caput, eventuais diferenças serão compensadas no mês subsequente.



## **CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS QUALIFICADAS COMO PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO**

- 7.1. O Contratado será obrigado a destinar recursos para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de interesse e temas relevantes para o setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, em valor equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) do Valor Bruto da Produção anual de Petróleo e Gás Natural, quando, cumulativamente:
- a) o Volume de Produção Fiscalizada do Campo for superior ao limite estabelecido no Decreto nº 2.705/1998, para Produção em profundidade batimétrica maior que 400 metros, em qualquer trimestre do ano civil; e
  - b) os custos ultrapassarem os limites definidos no Anexo XII e não forem recuperados como Custo em Óleo em determinado ano civil.
- 7.1.1. O Contratado tem até o dia 30 de junho do ano seguinte ao ano de apuração do Valor Bruto da Produção para realizar a aplicação destes recursos.
- 7.1.2. O Contratado deverá fornecer à ANP relatório completo das despesas qualificadas como pesquisa, desenvolvimento e inovação realizadas nos prazos e formatos definidos na Legislação Aplicável.
- 7.1.3. As despesas qualificadas como pesquisa, desenvolvimento e inovação não serão recuperáveis como Custo em Óleo.

- 7.2. De 30% (trinta por cento) até 40% (quarenta por cento) dos recursos previstos no parágrafo 7.1 deverão ser investidos em universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento nacionais credenciados pela ANP.
- 7.3. De 30% (trinta por cento) até 40% (quarenta por cento) dos recursos previstos no parágrafo 7.1 deverão ser investidos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que tenham por objetivo resultar em produtos ou processos com inovação tecnológica junto a Fornecedores Brasileiros.
- 7.4. O saldo remanescente das despesas qualificadas como pesquisa, desenvolvimento e inovação, após a observância dos parágrafos 7.2 e 7.3, poderá ser investido em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizadas em instalações do próprio Contratado ou de suas Afiliadas, localizadas no Brasil, ou em Fornecedores Brasileiros ou em universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento credenciados pela ANP.
- 7.5. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula estará sujeito às sanções previstas na Legislação Aplicável.



# Prorrogação da fase de exploração (reorganização)

## Prorrogação da Fase de Exploração

- 10.12. A Fase de Exploração poderá ser prorrogada a critério da Contratante, ouvida a ANP.
- 10.12.1. Como contrapartida à prorrogação da Fase de Exploração prevista no parágrafo 10.12, poderá ser exigido dos Consorciados a execução de atividades exploratórias adicionais ao Programa Exploratório Mínimo.
- 10.12.2. Os Consorciados deverão propor, com uma antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do final da Fase de Exploração, uma revisão do Plano de Exploração em que sejam explicitadas e justificadas as atividades exploratórias adicionais ao Programa Exploratório Mínimo exigidas pela ANP como contrapartida à prorrogação da Fase de Exploração.
- 10.12.3. A ANP terá um prazo de 60 (sessenta) dias para avaliar e se manifestar sobre a proposta apresentada pelos Consorciados.
- 10.12.4. Caso não seja aprovada a revisão do Plano de Exploração a que se refere o parágrafo 10.12.2, a Fase de Exploração será encerrada sem a prorrogação solicitada.
- 10.12.5. Aprovada a proposta de execução de atividades exploratórias adicionais ao Programa Exploratório Mínimo como contrapartida à prorrogação da Fase de Exploração, o Contratado apresentará as correspondentes garantias financeiras, na forma estipulada na Cláusula Décima Primeira.
- 10.13. Se ao término da Fase de Exploração os Consorciados houverem iniciado a perfuração do último poço exploratório previsto no Plano de Exploração, sem que tenham completado a Avaliação do Poço, a Fase de Exploração será prorrogada até a data de Conclusão do Poço, com um acréscimo de 60 (sessenta) dias para apresentação de eventual proposta de Plano de Avaliação de Descoberta.
- 10.13.1. A hipótese prevista no parágrafo 10.13 deverá ser comunicada pelos Consorciados à ANP até o término da Fase de Exploração.
- 10.14. Caso os Consorciados realizem uma Descoberta durante a Fase de Exploração em momento tal que não lhes tenha sido possível proceder à Avaliação de Descoberta antes do final desta fase, os Consorciados poderão solicitar à ANP a prorrogação da Fase de Exploração pelo prazo necessário à execução da etapa de Avaliação e eventual Declaração de Comercialidade, segundo um Plano de Avaliação de Descoberta aprovado pela ANP.
- 10.14.1. A prorrogação de que trata o parágrafo 10.14 se limita exclusivamente à área coberta pelo Plano de Avaliação de Descoberta aprovado pela ANP.
- 10.14.2. Como condição para que a Fase de Exploração possa ser prorrogada na forma do parágrafo 10.14, o tempo transcorrido entre a notificação de Descoberta de que trata o parágrafo 12.1 e a apresentação, pelos Consorciados, da proposta de Plano de Avaliação de Descoberta à ANP não poderá exceder a 6 (seis) meses, salvo hipóteses excepcionais previamente autorizadas pela Contratante, ouvida a ANP.

# Descumprimento do PEM: Fixação da multa

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CLÁUSULA PENAL COMPENSATÓRIA POR DESCUMPRIMENTO DO PROGRAMA EXPLORATÓRIO MÍNIMO E GARANTIA FINANCEIRA**

### **Inadimplemento do Programa Exploratório Mínimo e Fornecimento de Garantia Financeira**

- 11.1. Em caso de descumprimento total ou parcial do Programa Exploratório Mínimo, o Contratado não poderá prosseguir para a Fase de Produção e ficará obrigado a pagar à Contratante o valor fixado no Anexo II, por atividade descumprida, a título de cláusula penal compensatória.
- 11.2. O valor da cláusula penal compensatória por atividade não executada será automaticamente corrigido monetariamente em 1º de janeiro de cada ano civil, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, do ano imediatamente anterior, exceto no dia 1º de janeiro imediatamente posterior à publicação do edital, quando não haverá atualização.
- 11.3. O Contratado deverá fornecer à ANP garantias financeiras para o Programa Exploratório Mínimo no prazo estabelecido no edital de licitações, em valor suficiente para cobrir o valor da cláusula penal compensatória correspondente às atividades inicialmente compromissadas.
- 11.4. Caso a ANP aprove a execução de atividades adicionais ao Programa Exploratório Mínimo como contrapartida a prorrogação da Fase de Exploração, na forma do parágrafo 10.12, o Contratado deverá fornecer garantias financeiras correspondentes à estimativa do valor de tais atividades adicionais, conforme fixado no Edital e devidamente atualizadas nos termos deste Contrato.



- 11.5. As garantias financeiras apresentadas deverão ser acompanhadas de carta subscrita por todos os Contratados expressando plena ciência do parágrafo 19.2 e de que as obrigações do Programa Exploratório Mínimo são indivisíveis, cabendo a cada Contratado, solidariamente, a obrigação de ressarcimento em caso de seu descumprimento.
- 11.6. Caso o Contratado não forneça as garantias financeiras adequadas, o Contrato será extinto em relação às áreas que não estiverem em Desenvolvimento.
- 11.11. As garantias financeiras deverão ser atualizadas anualmente, nos termos do parágrafo 11.2 acima e apresentadas à ANP até 31 de janeiro de cada ano civil, para refletir a atualização da cláusula penal compensatória pelas atividades ainda não cumpridas.
- 11.12. Fica dispensada a apresentação anual da atualização da garantia se a modalidade de garantia apresentada já contiver em seu instrumento cláusula de atualização monetária automática pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI).

## Postergação da Declaração de Comercialidade

- 13.4. Caso a principal acumulação de hidrocarboneto descoberto e avaliado na Área do Contrato seja de Gás Natural, o Consorciado poderá solicitar à ANP autorização para postergar a Declaração de Comercialidade em até 5 (cinco) anos, nas seguintes hipóteses:
- a) inexistência de mercado para o Gás Natural a ser produzido, com expectativa de sua criação em prazo inferior a 5 (cinco) anos;
  - b) inexistência ou insuficiência de infraestrutura de Transporte para a movimentação do Gás Natural a ser produzido pelo Consorciado, com expectativa de sua implantação em prazo inferior a 5 (cinco) anos.
- 13.5. Caso a principal acumulação de hidrocarboneto descoberto e avaliado na Área do Contrato seja de Petróleo, o Consorciado poderá solicitar à ANP autorização para postergar a Declaração de Comercialidade em até 5 (cinco) anos, nas seguintes hipóteses:
- a) inexistência de tecnologia para Produção, Escoamento ou refino com expectativa de seu surgimento em prazo inferior a 5 (cinco) anos;
  - b) o volume da Descoberta seja tal que sua comercialidade dependa de Descobertas adicionais a serem feitas no próprio Bloco ou em Blocos adjacentes, visando o Desenvolvimento conjunto das Operações.
- 13.6. O Consorciado poderá solicitar à ANP que o período para a postergação da entrega da Declaração de Comercialidade estenda-se por 5 (cinco) anos adicionais.
- 13.7. Caso a ANP, a seu exclusivo critério, entenda superado o motivo que importou a postergação de que tratam os parágrafos 13.4 e 13.5, notificará por escrito o Consorciado, que disporá de um prazo de até 30 (trinta) dias para, a seu exclusivo critério, apresentar a Declaração de Comercialidade.

- 14.2. Concluída a Fase de Produção, a Área do Contrato será devolvida à União.
- 14.3. Os Consorciados deverão submeter à Contratante e à ANP, até 36 (trinta e seis) meses antes do final do prazo de vigência do Contrato ou da estimativa de exaustão dos volumes comercialmente extraíveis, o que ocorrer primeiro, relatório com informações sobre:
- a) situação mecânica dos poços;
  - b) linhas de Escoamento;
  - c) plantas de Produção;
  - d) equipamentos e outros ativos;
  - e) perspectiva de Produção adicional;
  - f) perspectiva de esgotamento do Campo;
  - g) contratos com fornecedores vigentes; e
  - h) outras considerações relevantes.
- 14.4. Os Consorciados deverão submeter à ANP um Programa de Desativação das Instalações detalhado, em acordo com a Legislação Aplicável, incluindo as ações necessárias para desativação das instalações, em prazo não inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias antes do término da Produção.



## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTEÚDO LOCAL

25.1 Ficam mantidas todas as condições e exigências relativas à cláusula de Conteúdo Local do Contrato de Concessão adjacente à área do presente Contrato, como indicado de forma detalhada no Anexo IX.

25.1. O Contratado deverá cumprir os seguintes percentuais mínimos obrigatórios de Conteúdo Local:

25.1.1. Na Fase de Exploração para Blocos em Mar, com lâmina d'água acima de 100 metros: Conteúdo Local Global de 18%

25.1.2. Na Etapa de Desenvolvimento, ou para cada módulo de Desenvolvimento, no caso de desenvolvimento modular, em Campos em Mar, com lâmina d'água acima de 100 metros, para os seguintes Macrogrupos:

a) Construção de Poço: 25%

b) Sistema de Coleta e Escoamento da Produção: 40%

c) Unidade Estacionária de Produção: 25%

## Conciliação

36.2. As Partes e demais signatários deste Contrato se comprometem a envidar todos os esforços no sentido de resolver entre si, amigavelmente, toda e qualquer disputa ou controvérsia decorrente deste Contrato ou com ele relacionada.

36.2.1. Tais esforços devem incluir, no mínimo, a solicitação de uma reunião específica de conciliação pela parte insatisfeita, acompanhada de seu pedido e de suas razões de fato e de direito.

36.2.2. A solicitação deverá ser atendida com o agendamento da reunião pela outra parte em até 30 (trinta) dias do pedido, nos escritórios da Contratante, da ANP ou da Gestora, conforme o caso. Os representantes das partes deverão ter poderes para transigir sobre a questão.

36.2.3. Após a realização da reunião, caso não se tenha chegado a um acordo de imediato, as partes terão no mínimo mais 30 (trinta) dias para negociarem uma solução amigável.

36.3. As Partes e demais signatários poderão, mediante acordo por escrito, recorrer a perito independente para dele obter parecer fundamentado que possa levar ao encerramento da disputa ou controvérsia.

36.3.1. Caso firmado tal acordo, o recurso à arbitragem somente poderá ser exercido após a emissão do parecer pelo perito.



# Conciliação e Arbitragem

## Arbitragem

36.5. Após o procedimento previsto no parágrafo 36.2, caso uma das Partes ou um dos signatários considere que inexistem condições para uma solução amigável de disputa ou controvérsia a que se refere tal parágrafo, poderá submeter tal questão a arbitragem *ad hoc*, utilizando como parâmetro as regras estabelecidas no Regulamento de Arbitragem (*Arbitration Rules*) da *United Nations Commission on International Trade Law – UNCITRAL* e em consonância com os seguintes preceitos:

- a) a escolha dos árbitros seguirá o rito estabelecido no Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL;
- b) deverão ser escolhidos três árbitros. Cada interessado escolherá um árbitro. Os dois árbitros assim escolhidos designarão o terceiro árbitro, que funcionará como presidente;
- c) mediante acordo dos interessados poderá ser determinado um único árbitro nas hipóteses onde os valores envolvidos não sejam de grande vulto;
- d) a cidade do Rio de Janeiro, Brasil, será a sede da arbitragem e o lugar da prolação da sentença arbitral;
- e) o idioma a ser utilizado no processo de arbitragem será a língua portuguesa. Os interessados poderão, todavia, instruir o processo com depoimentos ou documentos em qualquer outro idioma se os árbitros assim decidirem, sem necessidade de tradução oficial;
- f) toda e qualquer despesa necessária à instalação e desenvolvimento da arbitragem, tais como custas e adiantamento de honorários arbitrais e periciais, serão suportados exclusivamente pelo Contratado. A Contratante somente ressarcirá tais valores em caso de condenação final, conforme decidido pelos árbitros;
- g) no mérito, os árbitros decidirão com base nas leis substantivas brasileiras;
- h) a sentença arbitral será definitiva e seu conteúdo obrigará os interessados. Quaisquer valores porventura devidos pela Contratante ou pela ANP serão quitados por meio de precatório judicial, salvo em caso de reconhecimento administrativo do pedido; e

- i) havendo necessidade de medidas cautelares ou de urgência antes de instituída a arbitragem, a Parte interessada poderá requerê-las diretamente ao Poder Judiciário, com fundamento na Legislação Aplicável, cessando sua eficácia se a

arbitragem não for requerida no prazo de 30 (trinta) dias da data de efetivação da decisão.

36.6. Os interessados, em comum acordo, poderão optar por institucionalizar a arbitragem na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ou perante outra câmara de arbitragem notoriamente reconhecida e de reputação ilibada, em consonância com as regras da câmara escolhida, desde que observados os preceitos estatuídos nas alíneas “d” a “i” do parágrafo 36.5.

36.6.1. Os interessados terão 30 (trinta) dias para selecionar a câmara de arbitragem. Não havendo acordo, a câmara de arbitragem será definida pela Contratante.

36.6.2. Caso a disputa ou controvérsia envolva exclusivamente entes integrantes da Administração Pública Federal, a questão poderá ser submetida à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, da Advocacia-Geral da União.

36.7. As Partes desde já declaram estar cientes de que a arbitragem de que trata esta cláusula refere-se exclusivamente a controvérsias decorrentes do Contrato ou com ele relacionadas e apenas é possível para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei nº 9.307/1996.

36.7.1. Consideram-se controvérsias sobre direitos patrimoniais disponíveis, para fins desta cláusula:

- a) incidência de penalidades contratuais e seu cálculo, e controvérsias decorrentes da execução de garantias;
- b) o cálculo de indenizações decorrentes de extinção ou de transferência do contrato de partilha;
- c) o inadimplemento de obrigações contratuais por qualquer das Partes; e
- d) demandas relacionadas a direito ou obrigação contratual.



PRÉ-SAL  
Brasil **2**

PARTILHA DA PRODUÇÃO

&

PRÉ-SAL  
Brasil **3**

PARTILHA DA PRODUÇÃO

Obrigado



anp

Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis